

Editorial

A crise do Golfo Pérsico e a matriz energética

Luiz Pinguelli Rosa
Presidente da SBPE

O terceiro número da Revista Brasileira de Energia é publicado pela SBPE em um momento especial no que concerne à questão energética. Em nível mundial a crise do Iraque-Kuwait evidenciou a incerteza a que está sujeito o preço do petróleo no mercado internacional, podendo oscilar abruptamente e estacionar por muitos meses em patamar mais elevado do que apontava a tendência de curto prazo.

No Brasil a repercussão desta elevação conduziu o governo a dar maior atenção ao planejamento energético.

A indefinição do Pró-Álcool deu lugar à reabilitação deste programa a partir do encontro de Alagoas, ainda que a expectativa de uso do bagaço de cana em larga escala, para gerar eletricidade e baratear o álcool, dependa da superação de obstáculos técnicos e econômicos.

Entre os primeiros está a viabilização de cogeração a turbina a gás e a vapor para aumento de eficiência e barateamento da energia gerada.

Entre os segundos estão a necessidade de investimentos e o custo ainda alto da geração comparativamente à geração hidrelétrica dominante. O importante no momento é preparar-se para enfrentar a crise de desabastecimento que poderá repetir-se na entressafra da Região Sudeste em 1990/91, como ocorreu em 1989/90, quando motivou a polêmica do metanol, mal conduzida pelas autoridades.

Quanto ao petróleo é clara a necessidade de a Petrobrás prosseguir na produção nacional *off shore* e no desenvolvimento de tecnologia para águas profundas. Para isto precisa investir.

Preocupa a recente crise que levou à substituição de seu presidente no bojo de um desentrosamento na equipe de governo. É preciso estabilizar a política de petróleo brasileiro, cuja executora é a Petrobrás essencialmente.

Deve-se, sim, cobrar dela resultados concretos sem tapar o sol da alta de preços com a peneira dos preços internos ao consumidor abaixo do que deviam ser, para não alimentar a inflação.

No setor elétrico a crise não é conjuntural, é mais profunda, e sua redução dependerá de uma clara definição de quais mudanças estruturais devem e podem ser feitas pelo governo sem chegar ao ponto de desmontar as empresas de energia elétrica e não colocar nada no seu lugar. A ameaça de extinção da Eletrobrás em nome do liberalismo ou do regionalismo pode levar ao colapso do planejamento e da execução das obras necessárias. Fala-se muito em privatização de setor sem ficar claro quem vai investir em quê e quando.

É importante integrar no planejamento a gerência da demanda, a conservação de energia, as melhorias tecnológicas para aumento de eficiência, o desenvolvimento das fontes alternativas cabíveis, bem como o controle da poluição ambiental e dos impactos sociais da energia.

É alvissareira a iniciativa da Secretaria de Ciência e Tecnologia de implementar uma política de conservação de energia, que deve articular-se com as do setor elétrico (PROCEL) e de combustíveis. Mas, pouco adiantarão se não for formulada, com base no chamado grupo de matriz energética (nome talvez impróprio pelo escopo do grupo), uma verdadeira política de planejamento energético integrada.

Enfim, estes pontos estarão em discussão no V Congresso Brasileiro de Energia, quando também a integração latino-americana estará em debate com convidados de outros países.

Será também a oportunidade de um maior estreitamento das relações entre a SBPE e a ALAPE (Associação Latino-Americana de Planejamento Energético), com resultados frutíferos para a cooperação no campo da energia.